



Projeto de Resolução n.º ___/XVII/1.ª

Apoio aos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como Reserva Natural Local.

Na última década, a valorização das Alagoas Brancas, enquanto polo de biodiversidade de reconhecida relevância no Algarve, tem sido reiteradamente defendida na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Recorde-se que, em 2018, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PS (Projeto de Resolução n.º 1285/XIII/3), visando a proteção das zonas húmidas da Lagoa dos Salgados e o Sapal de Pera, Ribeira do Almargem e do Trafal, Paúl de Lagos e, precisamente, as Alagoas Brancas, foi aprovada por unanimidade. Esta iniciativa deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 107/2018, que recomenda ao Governo a preservação e classificação das Zonas Húmidas do Algarve

Na sequência desta recomendação, o XXI Governo Constitucional, liderado pelo Partido Socialista, decidiu financiar, através do Ministério do Ambiente, a associação Almargem, com o objetivo de coordenar o estudo e a caracterização das referidas zonas húmidas localizadas nos concelhos de Albufeira, Silves, Loulé, Lagos e Lagoa.

A importância destes ecossistemas, bem como a sua notável riqueza e diversidade biológica — enquanto habitats de abrigo e reprodução para inúmeras espécies de flora e fauna, em particular aves migratórias — ficou amplamente demonstrada pelo estudo realizado, justificando plenamente a sua conservação e o reforço do respetivo estatuto de proteção ambiental.

Em dezembro de 2021, o então Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, anunciou a classificação da Lagoa dos Salgados como Reserva Natural Nacional, tornando-se a primeira área protegida de âmbito nacional criada nos últimos 25 anos.



Mais recentemente, em dezembro de 2023, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, determinou o financiamento, através do Fundo Ambiental, da aquisição dos terrenos privados das Alagoas Brancas pela Câmara Municipal de Lagoa.

Em simultâneo, a Câmara Municipal de Loulé concluiu também o processo de criação da Reserva Natural Local da Ribeira do Almargem, encontrando-se ainda em curso os processos de proteção do Paúl de Lagos e das Alagoas Brancas.

Importa agora prosseguir com os estudos e procedimentos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como Reserva Natural Local. Para o efeito, revela-se essencial assegurar o adequado apoio técnico e financeiro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo a atribuição de apoio técnico e financeiro aos municípios de Lagoa e de Lagos, no âmbito do Fundo Ambiental, tendo em vista a prossecução dos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como Reserva Natural Local.

Palácio de S. Bento, 27 de fevereiro de 2026.

As Deputadas e os Deputados,

Luís Graça

Jorge Botelho

André Pinotes Batista

Eva Cruzeiro



Hernâni Loureiro

Hugo Costa

José Carlos Barbosa

Luís Moreira Testa

Miguel Costa Matos

Pedro Vaz

Sofia Andrade